

Brasil de Fato

UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO

EMPRESAS PÚBLICAS NA MIRA DO GOVERNO BOLSONARO

Apesar de 67% dos brasileiros se mostrarem contrários, governo já confirmou lista inicial de 17 empresas que serão colocadas à venda. Entenda os impactos dessa medida nesta edição do **Brasil de Fato**.



PROJETO DE PRIVATIZAÇÃO DO PRÉ-SAL AMEAÇA INVESTIMENTOS NA EDUCAÇÃO

Proposta do senador José Serra (PSDB) pode comprometer Fundo Social destinado à educação. **ESPECIAL, PÁG 3.**

ESPECIALISTA DESCONTRÓI QUATRO “MITOS” SOBRE AS PRIVATIZAÇÕES

A reportagem do **Brasil de Fato** apresenta alguns dos argumentos falsos mais comuns sobre a venda de empresas estatais. **ESPECIAL, PÁG 5.**

PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS DEVE DEIXAR CONTA DE LUZ 20% MAIS CARA

Para atrair investidores, governo pretende elevar o preço da energia gerada por suas hidrelétricas que hoje operam a preço de custo. **ESPECIAL, PÁG 7.**

Aumentos dos combustíveis impacta no prato do brasileiro

Entenda como a privatização das refinarias impacta em toda a cadeia produtiva dos alimentos

“O lha, tudo aumentou nos últimos anos, na feira e no mercado. Toda a despesa subiu, mesmo eu tendo tirado ou diminuído algumas coisas das compras”, afirma Magnólia Maria Santos Lima, 56 anos, moradora de Osasco (SP), município da grande São Paulo.

Magnólia é cozinheira na Barra Funda, bairro da capital paulista, e responsável pela compra dos alimentos que se tornam o almoço diário de aproximadamente 15 pessoas. “Há dois ou três anos, a gente pagava R\$ 1,90 no quilo do tomate, agora você não encontra por menos de R\$ 8,00. A batata eu pagava 59 centavos, no máximo R\$ 1. Hoje eu paguei R\$ 9,75 por um quilo e meio”, relata.

E a percepção dos aumentos no bolso da população, que gasta cerca de 25% da sua renda em alimentação, também podem ser verificados no balanço do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2018, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No ano, houve um aumento de 4,04% no preço dos alimentos, com alguns produtos encabeçando a lista: tomate (71,76%), frutas (14,1%) e leite (8,43%).

Neste ano de 2019, nos cinco primeiros meses, o aumento acumulado no preço dos alimentos e bebidas até o mês de agosto chegou a 3,43%, se comparado ao mesmo período do ano anterior, também de acordo com dados do IPCA.



Carlde Souza / AFP

REAJUSTE DOS COMBUSTÍVEIS

Um dos fatores que puxaram o preço dos alimentos nos últimos anos foi a mudança na política de preços dos derivados de petróleo nas refinarias da Petrobras. A partir de 2016, com a mudança na direção da estatal, os preços dos derivados passaram a ser reajustados de acordo com a cotação internacional do barril do petróleo e da variação do dólar.

Como o valor do barril de petróleo disparou desde junho de 2017, os combustíveis passaram a sofrer reajustes diários nas refinarias e, consequentemente, nas bombas dos postos de gasolina. Nos últimos dois anos, o preço da gasolina subiu 35% nas refinarias e 28% nos postos. Já o diesel apresentou alta de 38% nas refinarias e 22% nos postos.

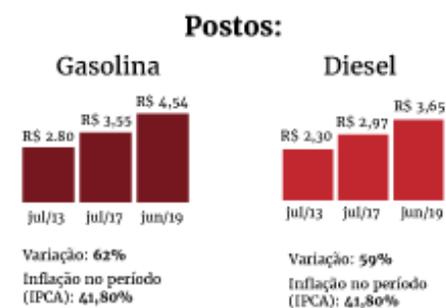
Anteriormente, entre 2011 e 2015, a Petrobras manteve uma política de controle dos preços, subsidiando as variações internacionais e repassando os aumentos de forma defasada ao consumidor. Com a privatização das refinarias, a estimativa é que essa realidade piore.

De acordo com o integrante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Humberto Palmeira, essa é uma escolha política equivocada. “Uma empresa pública e estatal, com os preços regulados pelo governo e não pelo mercado internacional significa a gente ter um custo de produção de alimentos mais barato, tanto na produção como na distribuição. Com o golpe [de 2016], o que se verificou foi exatamente o oposto”, opina.

Para a produção de alimentos convencionais, outro derivado do petróleo que interfere no custo de produção é o fertilizante, que também subiu de preço nos últimos anos. Um dos motivos é a baixa participação da Petrobras no setor. Atualmente, apesar de ser o quarto maior consumidor de fertilizantes do mundo, o Brasil importa cerca de 75% dos insumos nitrogenados. Além disso, em junho, a Petrobras anunciou que retomará o processo de venda da sua participação nas fábricas de fertilizantes Araucária Nitrogenados (Ansa) e Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III (UFN III).

VOCÊ SABIA?

Variação do preço dos combustíveis



Fonte: ANP



Brasil de Fato
UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO

www.brasildefato.com.br

✉ redacao@brasildefato.com.br

f /brasildefatorj

t @Brasil_de_Fato

☎ (21) 99373 4327 ☎ (21) 4062 7105

CONSELHO EDITORIAL Alexania Rossato, Antonio Neiva (in memoriam), Carolina Dias, Igor Barcellos, Joaquín Piñero, Mario Augusto Jakobskind (in memoriam), Rodrigo Marcelino, Vito Giannotti (in memoriam) | **EDIÇÃO** Mariana Pitasse **REVISÃO** Vivian Virissimo | **ADMINISTRAÇÃO** Angela Bernardino, Júlia Procópio e Erivan Silva **DISTRIBUIÇÃO** Carolina Dias **REDAÇÃO** Guilherme Weimann | **ARTE** Vitor Teixeira **DIAGRAMAÇÃO** Juliana Braga.

O senador José Serra (PSDB-SP) apresentou um projeto de lei em junho deste ano que prevê duas alterações no modelo de exploração do pré-sal. A primeira abre a possibilidade de concessão dos campos à iniciativa privada, alterando o regime de partilha, e a segunda retira a preferência da Petrobras em impor sua participação nos consórcios vencedores dos próximos leilões do pré-sal.

Se aprovado, o projeto poderá impactar diretamente nos valores destinados à União e, consequentemente, ao Fundo Social do pré-sal. Este último, criado em 2010 no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), é uma espécie de poupança formada com os royalties e óleo excedente do pré-sal pertencente à União. Em 2013, a então presidenta Dilma Rousseff (PT) sancionou a lei que destina 50% deste fundo, além de 75% dos royalties, à educação – os outros 25% dos royalties são remetidos à saúde.

Essa proposta é o cumprimento da promessa feita em 2009 por Serra à Patrícia Pradal, diretora de Desenvolvimento de Negócios e Relações com o Governo da petroleira norte-americana Chevron, e divulgadas pelo site WikiLeaks. Na ocasião, o tucano afirmou que mudaria o regime de partilha, que garante a participação da Petrobras nos consórcios, para o antigo modelo de concessão criado durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), no final da década de 1990.



Projeto de privatização do pré-sal ameaça investimentos na educação

Projeto de lei do senador José Serra pode comprometer Fundo Social destinado à educação



Querem acabar com tudo. É um 'entreguismo' generalizado"

José Maria Rangel, coordenador geral da FUP

GRADATIVA E FRACIONADA

»Antes mesmo de assumir a presidência da Petrobras no início deste ano, Roberto Castello Branco escreveu em junho do ano passado um artigo para a Folha de São Paulo no qual foi categórico em relação à privatização da estatal: "é inaceitável manter centenas de bilhões de dólares alocados a empresas estatais em atividades que podem ser desempenhadas pela iniciativa privada". Indicado pelo ministro da Economia Paulo Guedes, seu amigo pessoal e com quem compartilha o pensamento neoliberal edificado nos anos de pós-graduação na Universidade de Chicago, Castello Branco comanda um plano de privatização gradativa e fracionada da empresa desde janeiro. A petroleira já se desfez de 30% da BR Distribuidora e anunciou que pretende vender oito refinarias até 2021.

EDUCAÇÃO EM RISCO

»Antes dessa iniciativa, Serra já havia conseguido flexibilizar a Lei da Partilha. Com a PLS 131/2015, aprovado no início de 2016, a Petrobras deixa de ser a operadora única das atividades do pré-sal. Com isso, os royalties ficam comprometidos, já que eles são calculados a partir da dedução dos custos de produção. Como a Petrobras tem o menor custo de extração do petróleo nas áreas do pré-sal, em média 7 dólares por barril, os recursos destinados à saúde e educação ficarão comprometidos.

De acordo com estimativa da Federação Única dos Petroleiros (FUP), com o preço do barril à 70 dólares e o câmbio à 4 reais, o dano causado por essa lei pode chegar à casa de 1 trilhão de reais para as áreas de saúde e educação nas próximas décadas. Além disso, caso o novo PL que abre o pré-sal às concessões seja aprovado, o prejuízo, decorrente da perda do óleo excedente que é destinado à União no atual modelo de partilha, pode chegar ao valor de 10 trilhões de reais ao Estado.

"Hoje quem consegue extrair o petróleo do pré-sal a menor custo é a Petrobras e como o regime de partilha prevê, que retirados os custos de extração, a empresa que der maior retorno de óleo para o governo é a vencedora do leilão, quem hoje tem a condição de dar a maior quantidade é a Petrobras. Querem acabar com isso e voltar para o modelo de concessão. É um 'entreguismo' generalizado", explica o coordenador da FUP, José Maria Rangel, ratificando que os petroleiros vão se mobilizar em Brasília contra o projeto de Serra.

Na contramão da vontade popular, Bolsonaro pretende privatizar estatais

Apesar de 67% dos brasileiros se mostrarem contrários, governo já confirmou lista inicial de 17 empresas que serão colocadas à venda

No início de setembro, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) afirmou que o Brasil está no “fundo do poço” por causa dos economistas. Entretanto, ao ser questionado sobre quais seriam as suas soluções, o presidente disse para os jornalistas repassarem a pergunta ao seu ministro da Economia: “Pergunta para o Paulo Guedes, eu não manjo nada de economia. Nada. Zero”. E a resposta veio à galope. Em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, Guedes foi incisivo à saída para a crise social e econômica que se instaurou no país: “Eu quero privatizar todas as empresas estatais. A decisão é do Congresso. Essa é a proposta.”

O gatilho já foi acionado para colocar essa estratégia denominada como “Plano de Desestatização”. No final de agosto, Bolsonaro anunciou as 17 empresas estatais que o governo pretende privatizar até o final deste ano. A lista (veja completa na página ao lado) inclui a Eletrobras, maior empresa no segmento energético; os Correios, que emprega 105 mil funcionários em todos os municípios do país; e a Casa da Moeda, responsável pela impressão de todo o dinheiro físico que circula em território nacional.

Uma das principais justificativas do governo para conceder esse patrimônio à iniciativa privada é a necessidade de enxugar a máquina pública e, com o dinheiro arre-

cadado nessas vendas, diminuir o volume gasto com os juros da dívida interna. Além disso, aponta as estatais como empresas ineficientes e com gastos excessivos.

Entretanto, não é isso o que mostra o último balanço anual divulgado pelo Ministério da Economia. Atualmente, o Brasil possui 134 estatais – 46 com controle direto e 88 com controle indireto. Das 46 com controle direto, apenas 18 são dependentes, ou seja, geram prejuízo ao Estado. Mesmo assim, somadas, as 134 empresas estatais tiveram lucro de R\$ 74,3 bilhões em 2018, um aumento de 132% em relação ao ano anterior.

PETROBRAS: 7ª MAIOR EMPRESA MUNDIAL

»Carro-chefe das estatais, com lucro líquido de R\$ 25 bilhões em 2018, a Petrobras não ficou de fora desse propósito do governo federal de se desfazer de ativos do Estado. Ao ser questionado sobre uma possível privatização da petroleira, Bolsonaro afirmou que “estuda privatizar qualquer coisa no Brasil”.

O ministro Paulo Guedes também já se colocou favorável à privatização, que se justifica pelo fato de os “monopólios” da Petrobras terem atrasado a exploração e produção de petróleo no país. Considerada a sétima maior petroleira do mundo, a Petrobras foi responsável, em 2006, pela maior descoberta de petróleo das últimas décadas, o pré-sal. Mesmo assim, Guedes afirmou que uma possível venda da empresa será avaliada “mais à frente”.

O desmonte da empresa já está ocorrendo desde o início do mandato de Roberto Castello Branco, indicado por Bolsonaro, na presidência da Petrobras. A companhia já se desfez de 30% da BR Distribuidora e anunciou um plano de venda de oito refinarias até 2021 e da Liquigás – segunda maior distribuidora de gás do país – ainda neste ano.

Durante o lançamento da Frente Popular e Parlamentar em Defesa da Soberania Nacional, realizada no início de setembro em Brasília, a ex-presidenta Dilma Rousseff criticou esse projeto que classificou como “desnacionalização”. “A privatização das estatais não é privatização coisa nenhuma, é desnacionalização, principalmente em relação às maiores estatais. A Petrobras não será privatizada, será desnacionalizada. Não há no Brasil capital suficiente para comprar e desenvolver a Petrobras”, opinou.

Além disso, vinculou o processo político dos últimos anos, principalmente o golpe que a retirou da presidência, como uma estratégia para desmontar a empresa. “Precisaram fazer um impeachment, prender o Lula, precisaram desse nível de repressão aos partidos e movimentos sociais. E por que precisaram disso? Todos nós aqui sabemos que a sétima maior empresa do mundo é algo que esse país não pode abrir mão”, afirmou.

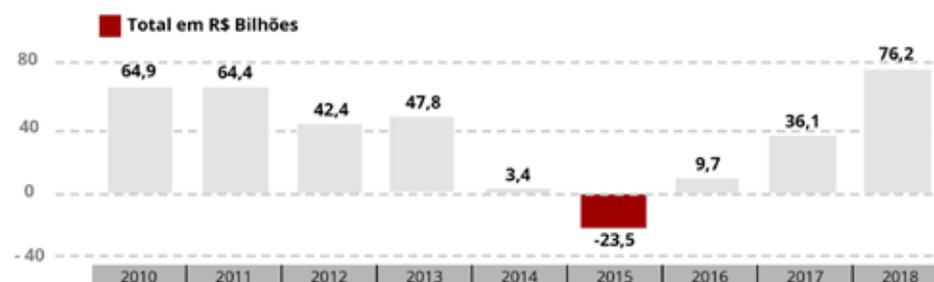
132%

É o aumento de lucro que as estatais tiveram em 2018, se comparado a 2017

Resultados anuais das principais estatais (em R\$ milhões)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Petrobras	35.881	33.110	20.959	23.007	-21.924	-35.171	-13.045	377	26.668
Eletrobras	2.553	3.762	-6.926	-6.192	-2.963	-14.954	3.513	2.454	15.227
Correios*	819	883	1.113	-313	-20	-2.121	-1.490	667	161
Banco do Brasil	11.703	12.126	12.205	15.758	11.246	14.400	8.660	12.275	15.086
BNDES	9.913	9.048	8.126	8.150	8.594	6.199	6.392	6.183	6.711
BNB - Banco do Nordeste*	314	315	820	360	747	306	732	716	726
IRB Brasil Re	-	-	422	344	602	764	850	925	1.219
Caixa	3.764	5.183	5.640	6.723	7.092	7.112	4.137	12.488	10.335

Fontes: Balanços das empresas e Valor PRO. Elaboração: Valor DATA. *Individual



Especialista desconstrói quatro “mitos” sobre a privatização

A reportagem do **Brasil de Fato** discute alguns dos argumentos falsos mais comuns sobre a venda das estatais

A maioria da população já se deparou com argumentos contrários às empresas estatais e, conseqüentemente, favoráveis à privatização. Serviços ruins, preços altos e prejuízo ao Estado são os principais pontos difundidos. Entretanto, como todo senso comum, existe uma ausência de dados que comprovam tais afirmativas.

Para investigar algumas das questões mais comuns quando se trata da venda das empresas estatais, a reportagem procurou a cientista social Juliane Furno. Formada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), atualmente é aluna de doutorado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Confira:



Divulgação

Entre as empresas que foram anunciadas para privatização estão Correios

MITO 1: “BRASIL ESTÁ ENDIVIDADO E EM CRISE, O MELHOR É PRIVATIZAR.”

» Em primeiro lugar, a dívida brasileira é interna, diferentemente da década de 1980 quando tínhamos dívida externa. Isso quer dizer que estamos endividados na nossa própria moeda, o que não é nenhum problema para um país com soberania monetária. Aliás, o que se entende por um país endividado? A nossa dívida pública, hoje, está em 69% do Produto Interno Bruto (PIB). A do Japão está em 270% e a norte-americana é mais de 100% do PIB.

Em segundo lugar, essa era exatamente a justificativa para as privatizações na década de 1990. No entanto, a dívida pública aumentou no final do processo de privatização. Isso porque – para reduzir a dívida de um país – é necessário retomar a atividade econômica, e não apenas fazer privatizações mantendo uma política econômica de juros altos e câmbio apreciado.

Por fim, você até poderia fazer esse cálculo: “tudo bem, eu vendo as estatais, arrecado R\$ 100 bilhões e abato da dívida”. Pode até ser que isso funcione no curto prazo, mas no longo prazo você está abrindo mão da receita da atividade dessas empresas.

MITO 2: “AS ESTATAIS SÃO INSUFICIENTES E PRESTAM SERVIÇOS RUINS”

» As empresas estatais não surgiram, no Brasil, para concorrer ou inibir a ação das privadas. As empresas estatais servem para prover serviços essenciais à sociedade, como o setor de energia, transporte de mercadorias, sistema financeiro, água. São serviços vitais à vida em sociedade e “formadores de preços”. Todas as mercadorias são produzidas em lugares que usam luz, e quase todas são transportadas usando petróleo. Se esses preços “flutuam” no livre mercado, isso impacta o preço final de tudo o que a gente consome, assim como a inflação.

Agora, se a gente ir mais fundo, os serviços prestados pelas empresas estatais não são ruins se comparados com o serviço privado. A telefonia, por exemplo, que foi privatizada nos anos 1990 é o setor líder de reclamações no Procon.

MITO 3: “O PREÇO DOS SERVIÇOS DIMINUI COM A PRIVATIZAÇÃO.”

» Isso não tem nenhum paralelo na história brasileira. Basta ir aos exemplos concretos. A tarifa do metrô da cidade do Rio de Janeiro é a mais cara do Brasil, e – no entanto – é um serviço privado. A energia elétrica da cidade de São Paulo foi privatizada no fim da década de 1990. De lá para cá, a conta da tarifa aumentou 324%. Por fim, vários estudos tem sido realizados e apontam que, se houver a privatização total da Eletrobrás, a conta final para o consumidor deve ficar algo em torno de 20% mais cara.

CONFIRA AS 17 EMPRESAS QUE FORAM LISTADAS PARA A PRIVATIZAÇÃO:

- » Correios;
- » Eletrobras;
- » Casa da Moeda;
- » Telebras;
- » Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro);
- » Dataprev;
- » Empresa Gestora de Ativos (Emgea);
- » Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF);
- » Loteria Instantânea Exclusiva (Lotex);
- » Companhia Docas do Estado de São Paulo (Co-desp);
- » Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp);
- » Centrais de Abastecimento de Minas Gerais (Ceasaminas);
- » Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU);
- » Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb);
- » Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa)
- » Porto de São Sebastião;
- » Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec).

MITO 4: “ESTATAIS DÃO PREJUÍZO E NECESSITAM DE SUBSÍDIOS DO GOVERNO.”

» Mentira, pelo contrário. As grandes empresas estatais não só não dependem do Tesouro Nacional quanto contribuem, significativamente, para as receitas do Estado, na medida em que ele recebe altos dividendos por ser o acionista majoritário.

Fundada em 1694, a biografia da Casa da Moeda está entrelaçada com a do país. Por isso, sua história recente também está marcada pelos mesmos retrocessos políticos e econômicos da conjuntura nacional. Ainda em 2017, no governo de Michel Temer, a empresa foi colocada como uma das estatais a serem privatizadas. Recentemente, Bolsonaro apenas corroborou a ideia do seu antecessor e a incluiu na lista de privatizações que contém 17 estatais.

Desde 1970, a estatal passou por uma reestruturação que possibilitou a produção de todo o meio circulante, que é o nome técnico para os papéis-moedas e as moedas, disponível em território nacional.

Entre 2009 e 2012, seu parque gráfico passou por uma nova atualização a pedido do Banco Central, com investimento de R\$ 600 milhões, que permitiu o lançamento da segunda família do Real. Atualmente, a empresa tem capacidade de produzir 3 bilhões de cédulas e 4 bilhões de moedas, aproximadamente.

Entretanto, houve uma subutilização desse parque industrial nos últimos anos. Em 2018, o Banco Central comprou apenas 727 milhões de moedas e 1,6 bilhão de cédulas da Casa da Moeda. De acordo com o presidente do Sindicato dos Moedeiros, Aluizio Júnior, esta é uma das estratégias para desestabilizar a empresa e abrir caminho para

Na mira da privatização, Casa da Moeda é responsável por serviços que vão além do papel-moeda

A segunda empresa mais antiga do Brasil também produz passaportes, identidades, carteiras de motorista, carteiras de trabalho, diplomas, medalhas e selos de rastreabilidade



Divulgação

Atualmente, a empresa tem capacidade de produzir 3 bilhões de cédulas e 4 bilhões de moedas

a privatização.

“O Banco Central intimou a Casa da Moeda a fazer investimentos para modernizar seu parque gráfico, com demandas previstas por 10 anos, de 2009 a 2018. Mas esses equipamentos se tornaram excessivos porque o Banco Central não está comprando a quantidade que havia programado. Se você tem uma capacidade instalada e um custo fixo pra manter essa estrutura, quanto menos você pede mais caro fica. O que eles estão fazendo é covardia”, explica Júnior.

MUITO ALÉM DO DINHEIRO

»A Casa da Moeda possui tecnologia para a fabricação de selos de rastreabilidade de cigarros (Scorpius) e bebidas (Sicobe), que permitem o controle da produção e, conseqüentemente, garante o pagamento dos impostos. Entretanto, em 2016, o governo de Michel Temer extinguiu a obrigatoriedade do selo Sicobe.

“O país era apenas o sétimo país em produção de bebida fria, quando colocou o controle na linha dos envasadores, que permitiu saber ao final do dia as milhares de unidades produzidas e quanto cada produtor devia de impostos. Com a medida, pulou para o terceiro lugar. Esse serviço foi descontinuado em 2016 e, com isso, a Receita Federal deixou de arrecadar, somando 2017 e 2018, mais de R\$ 32 bilhões de impostos”, lamenta Júnior.

DESMONTE

»Desde 2016, a partir do Plano de Demissões Voluntárias (PDV), o quadro de funcionários diminuiu de 3.000 para 2.100 pessoas. Apenas em abril de 2018, 212 funcionários foram desligados por meio de telegramas. Além disso, com o fim do contrato para a produção de selos, o faturamento caiu de R\$ 2,4 bilhões, em 2016, para R\$ 960 milhões, em 2017. Com isso, pela primeira vez em vários anos a empresa apresentou prejuízo de R\$ 117 milhões.

Junto com essa estratégia de desmonte, o governo também tem aplicado uma política de criminalização do direito à organização dos trabalhadores. No início deste ano, com a mudança da direção da empresa, o sindicato foi proibido de atuar dentro da Casa da Moeda. “Foi uma medida totalmente arbitrária, uma agressão direta à prática sindical, que é garantida pela nossa constituição e por normas internacionais, das quais o Brasil é signatário”, protesta Júnior.

Apesar da medida, a resistência dos trabalhadores continua. No final de agosto, houve o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Casa da Moeda do Brasil, com o apoio de 144 deputados de diversos matizes ideológicos.

As competências da Casa da Moeda não se limitam às cédulas e moedas de reais. Em 2016, por exemplo, produziu à Olimpíada e Paraolimpíada, realizadas no Rio de Janeiro, cerca de 5 mil medalhas de ouro, prata e bronze. Além disso, a empresa é responsável pela confecção dos mais variados tipos de documentos: passaporte, carteira de identidade, carteira de motorista, carteira de trabalho e diplomas.

VOCÊ SABIA?



Privatização da Eletrobras deve deixar conta de luz 20% mais cara

Para atrair investidores, governo pretende elevar o preço da energia gerada por suas hidrelétricas hoje operam a preço de custo

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou que o governo pretende enviar ao Congresso o projeto de lei de privatização da Eletrobras ainda nesse mês de setembro. O governo Bolsonaro planeja utilizar a mesma estratégia adotada na BR Distribuidora, da qual se desfez de 30% das ações em julho deste ano. Com a medida, que gerou R\$ 8,6 bilhões aos cofres da União, o Estado entregou ao capital privado o controle da subsidiária da Petrobras.

No caso da estatal de energia elétrica, o plano do governo é vender metade das ações que possui da empresa, diminuindo sua participação de 60% para 30%. Chamada de “capitalização”, essa decisão tiraria o controle da empresa das mãos da União. Com isso, o governo espera arrecadar R\$ 16 bilhões.

Antes disso, entretanto, o governo já anunciou que mudará a política de preços das suas hidrelétricas com o argumento de atrair investidores. Desde 2013, uma lei, de autoria da ex-presidenta Dilma Rousseff, estabeleceu a renovação automática das concessões de hidrelétricas an-



Divulgação

Eletrobras ainda é a maior empresa do setor elétrico na América Latina

“Antes nós pagávamos, no máximo, R\$ 60. No último mês de agosto, o valor da conta foi de R\$ 96. Um aumento muito alto”

Lívia Mara Cardoso Ferreira, que vive em Palmeirais (PI).

tigas, cujo investimento já havia sido pago ao longo das últimas décadas. Em contrapartida, determinou que o valor da energia deveria ser fixado apenas para cobrir os custos de operação e manutenção.

Com isso, a energia gerada por

essas hidrelétricas é vendida, atualmente, a R\$ 60 por megawatt/hora. O plano do governo é acabar com esse sistema e passar a oferecer essa energia ao preço de mercado, que, hoje, é de R\$ 250 por megawatt/hora. De acordo com o diretor do Sindicato dos Eletricistas do Estado do Rio de Janeiro (Sintergia-RJ), Emanuel Mendes, essa mudança gerará um aumento de cerca de 20% nas contas de luz residenciais.

“Não é possível que hoje a gente pague R\$ 60 o megawatt/hora e depois pague R\$250. Quem vai pagar essa diferença? O empresário privado? Ele só quer saber de lucro”, opinou o sindicalista, em entrevista concedida ao Programa Brasil de Fato RJ.

PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA

»Apesar de já ter perdido parte de seu patrimônio por meio das privatizações da década de 1990, a Eletrobras ainda é a maior empresa do setor elétrico na América Latina. Atualmente, possui 50% das linhas de transmissão do país, o que equivale a 70 mil quilômetros. Além disso, controla 31% da geração de eletricidade, a partir de 47 hidrelétricas, 114 termelétricas, 69 eólicas, 2 nucleares e 1 solar.

De acordo com estimativa realizada no ano passado pelo engenheiro e consultor Carlos Mariz, apenas esse parque gerador, com capacidade de aproximadamente 50 mil megawatts (MW), custaria R\$ 370 bilhões se fossem construídos hoje. A quantia de R\$ 16 bilhões que o governo espera receber com a privatização representa menos de 5% desse valor.

Conforme o integrante da coordenação nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Gilberto Cervinski, o controle dos rios também está em disputa na privatização da Eletrobras. “É um negócio bilionário que está sendo disputado. E, além da energia, o que está em curso atualmente é um processo de privatização da água. Portanto, quem passar a controlar a Eletrobras também terá o domínio do mercado da água, principalmente dos rios e dos lagos brasileiros”, explicou.

NO BOLSO DA POPULAÇÃO

»A privatização da Eletrobras já está em curso. Nos últimos anos, a empresa se desfez de todas as suas distribuidoras. Uma delas foi a Companhia de Energia do Piauí (Cepisa), que atende 1,2 milhão de unidades consumidoras em 224 municípios, arrematada pela Equatorial Energia, em julho do ano passado, pelo valor de R\$ 50 mil.

Na época, a vencedora do leilão e a Agência Nacional de

Energia Elétrica (Aneel) garantiram que a energia elétrica diminuiria 8,5%. Entretanto, apenas quatro meses após a privatização, a mesma Aneel aprovou um reajuste médio de 12,64% para as tarifas cobradas pela empresa.

Essa elevação foi sentida por Lívia Mara Cardoso Ferreira, que vive com os pais e com o irmão no município de Palmeirais (PI). “Antes da privatização nós pagávamos, no máximo, R\$ 60. Neste ano, no mês de agosto, o valor da conta foi de R\$ 96. Um aumento muito alto”, afirma.

Conheça histórias de quem tem sentido no bolso o aumento do gás

Elevação dos preços chegou a 20% nos últimos dois anos e foi causada por uma mudança nas políticas de preços da Petrobras

Leonildo Claro, 73 anos, padeiro de Limeira (SP).



O custo de vida aumentou e você tem que aumentar o preço da mercadoria também.”



Praticamente todos os moradores do bairro Boa Vista, localizado no município paulista de Limeira (SP), já se depararam com Leonildo Claro. Isso porque há 20 anos ele oferece sua mercadoria de porta em porta: pães caseiros.

ANTES

Em meados de 2017, a produção de Leonildo chegava a 500 pães por semana. O preço de cada unidade era vendido por R\$ 8. Ele recorda que na época pagava pelo botijão de gás entre R\$ 38 e R\$ 40.

HOJE

As vendas de Leonildo caíram para um média de 400 pães por semana e ele se viu obrigado a aumentar o preço de cada unidade para R\$ 10. Um dos motivos foi o preço do gás, já que está desembolsando cerca de R\$ 65 pelo botijão, uma elevação de 62%. Além disso, o padeiro afirma que as matérias-primas para fabricação dos pães subiram, assim como todo o custo de vida.

Sandra Maria Mesquita, 60 anos, dona de casa do Rio de Janeiro (RJ).



Hoje em dia, as donas de casa precisam fazer malabarismos.”



Fotos: Arquivo

Sandra Maria vive no bairro Anchieta, na zona norte do Rio de Janeiro, com seu marido. Além de cuidar das tarefas domésticas, também é responsável há alguns anos por cuidar da mãe idosa, que mora sozinha a poucos minutos da sua casa.

ANTES

Há pouco mais de dois anos, antes dos aumentos do preço do gás de cozinha, Sandra pagava R\$ 27 pelo botijão, que era consumido em média a cada dois meses. O mesmo acontecia para a casa da sua mãe.

HOJE

Atualmente, Sandra tem a sorte de seu marido ser amigo de infância de um entregador de gás, o que possibilita comprar o botijão por “apenas” R\$ 65, para a sua casa e a da mãe. Os vizinhos que não têm a mesma sorte são obrigados a desembolsar R\$ 70. Para economizar, Sandra tem utilizado diversas técnicas como cozinhar com a panela de pressão e fazer comida para durar dois dias. “Eu achei que como foi muito aplaudida a entrada de um certo presidente as coisas melhorariam, mas só piorou, é unânime”, opina.

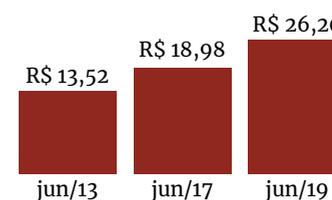
Por que o preço do gás de cozinha disparou nos últimos anos?

» Poucos dias após a então presidenta Dilma Rousseff ser afastada pela primeira vez do seu cargo pelo Senado Federal, em maio de 2016, o conselho da Petrobras mudou o comando da companhia. Desde então, a Petrobras passou a adotar uma política de preços dos derivados atrelada às variações do mercado internacional. Em relação ao gás liquefeito de petróleo (GLP), mais conhecido como gás de cozinha, essa mudança passou a ser adotada em julho de 2017.

Como resultado dessa medida, apenas nos seis primeiros meses houve um aumento de 37% do preço do GLP nas refinarias. Já nos postos de venda do botijão de gás, entre julho de 2017 e junho de 2019, o botijão sofreu um aumento de 20%, passando de R\$57 para R\$69, respectivamente, de acordo com dados divulgados pela Petrobras. A estimativa é que os preços aumentem ainda mais com a privatização das refinarias.

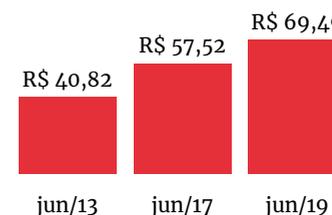
Variação do preço do gás de cozinha

Preço do botijão de 13kg nas refinarias:



Variação: 94%
Inflação no período (IPCA): 41,80%

Preço do botijão de 13kg nos postos de venda:



Variação: 70%
Inflação no período (IPCA): 41,80%

Fonte: ANP

Entre 2016 e 2018, número de famílias brasileiras que utilizam lenha para cozinhar pulou de 11 para 14 milhões, um aumento de 27%. No Sudeste, o crescimento foi de 60%. No mesmo período, a taxa de desemprego no país passou de 11,5% para 12,3%, segundo o IBGE.

VOCÊ SABIA?

